

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 25/2013**

Período: 20/07/2013 – 26/07/2013

GEDES – Brasil

- 1- Evo Morales pede desculpas ao Brasil por vistoria em avião da Força Aérea Brasileira
- 2- Uso de aviões da Força Aérea Brasileira gera repercussões
- 3- Segurança na Jornada Mundial da Juventude
- 4- Base de lançamentos de foguetes de Alcântara volta à agenda de negociações
- 5- Comando brasileiro da MONUSCO nega apoio às Forças Armadas do Congo
- 6- Comissão Nacional da Verdade quer acesso a documentos do Ministério do Trabalho
- 7- Periódico lembra atuação de ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica

1- Evo Morales pede desculpas ao Brasil por vistoria em avião da Força Aérea Brasileira

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, no dia 19/07/13, o presidente da Bolívia, Evo Morales, pediu desculpas públicas ao governo e ao povo brasileiro pela vistoria no avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que transportava o Ministro da Defesa, Celso Amorim, à capital do país, La Paz. O ocorrido foi em outubro de 2011. Morales afirmou que a inspeção não recebeu ordem oficial do governo boliviano, e atribuiu a ação à polícia boliviana. Segundo o jornal, o governo brasileiro classificou o procedimento como uma violação das aeronaves da FAB e emitiu uma nota afirmando que uma reclamação teria sido feita na época ao governo da Bolívia, na qual informava que a repetição de tal procedimento seria respondida com o princípio da reciprocidade. Desde então não foram registrados novos episódios. (*Correio Braziliense* – 20/07/13)

2- Uso de aviões da Força Aérea Brasileira gera repercussões

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Força Aérea Brasileira (FAB) cancelou o voo que levaria a comitiva de imprensa internacional que acompanharia o papa Francisco à Aparecida do Norte, cidade do estado de São Paulo, durante a Jornada Mundial da Juventude. Em 2007, durante a visita do Papa Bento XVI, foi fornecida uma aeronave da FAB para o mesmo trajeto. Entretanto, este ano o Vaticano foi informado de que o avião não estaria disponível. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o vice-presidente da República, Michel Temer, classificou o uso indevido de aeronaves da FAB por autoridades como “cochilos”. Temer afirmou que os episódios envolvendo os parlamentares Renan Calheiros, Henrique Eduardo Alves e Garibaldi Alves não foram deliberados no sentido de se aproveitar do bem público e justificou que o uso de um avião comercial para uma autoridade sozinha tem alto custo. O vice-presidente ressaltou que os cofres públicos foram ressarcidos. Já o colunista do *Estado*, Fábio Porchat, ironizou a atitude de Renan Calheiros e Henrique

Eduardo Alves e comparou a FAB à uma companhia aérea de aviação civil. Ainda sobre o tema, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* informaram que o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, utilizou um avião da FAB para ir à Cuba no feriado de Carnaval, em fevereiro de 2013, com o objetivo de “fechar intercâmbio de atletas entre os dois países para os jogos de 2016”. Os jornais ressaltaram que o ministro foi acompanhado pela mulher e pelo filho; e, como resposta, o Ministério do Esporte informou em nota que os familiares do ministro o “acompanharam na viagem a Cuba como convidados do governo daquele país”, e não causaram acréscimo ao custo da viagem. O ministério afirmou à *Folha* que os dois convidados “cumpriram programação definida pelo protocolo cubano”, enquanto o ministro justificou seus compromissos em Havana, tendo sido recebido por autoridades do país. Líderes de partidos da oposição cobraram que Rebelo se explique à Comissão de Ética da Presidência da República e devolva do dinheiro do voo. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, as regras para o uso de aeronaves da FAB por autoridades foram criadas em 2002, a partir do Decreto 4.244, no contexto de escândalos de viagens envolvendo ministros no governo de Fernando Henrique Cardoso. As regras, apesar de não serem claras quanto a “caronas dadas por autoridades”, definem os critérios para uso de jatos da FAB: “segurança ou emergência médica”, “serviço” e “deslocamento para o local de domicílio”. (Correio Braziliense – 20/07/13; Folha de S. Paulo – Poder – 24/07/13; Folha de S. Paulo – Poder – 25/07/13; O Estado de S. Paulo – Política – 21/07/13; O Estado de S. Paulo – Caderno2 – 21/07/13; O Estado de S. Paulo – Política – 25/07/13)

3- Segurança na Jornada Mundial da Juventude

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, no dia 20/07/13, antevéspera da chegada do papa Francisco ao Brasil, a presidenta da República, Dilma Rousseff, se encontrou com os ministros da Defesa, Celso Amorim, da Justiça, José Eduardo Cardoso, da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e das Relações Exteriores, Antônio Patriota, com o intuito de revisar detalhes da atuação do governo federal na Jornada Mundial da Juventude (JMJ), especialmente no que se referia às ações de segurança e logística, assim como atividades que envolveriam a presidenta. A Agência Brasileira de Inteligência alertou sobre a possibilidade de manifestações durante o evento; porém, o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, afirmou, em coletiva de imprensa, que as forças de segurança estavam preparadas para lidar com a situação, recusando a oferta de Rousseff em disponibilizar homens do Exército para auxiliar na manutenção da ordem, com atenção à zona sul da cidade. Segundo o *Correio*, a atmosfera que predominava entre as autoridades brasileiras durante a visita do papa Francisco ao país era de apreensão, principalmente por causa das manifestações que vem ocorrendo no Brasil desde o último mês, e que ocorreram durante a JMJ. Outros problemas foram a decisão do pontífice de abrir mão de alguns aparatos de segurança, como os carros blindados, para que pudesse estar mais próximo da população; e algumas mudanças na agenda do evento. Segundo o general e coordenador da segurança das Forças Armadas, José Abreu, haveria maior tranquilidade por parte dos responsáveis pela segurança se o papa tivesse optado por carros blindados. De acordo com

os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, na chegada ao país, o pontífice foi recebido por autoridades brasileiras no Palácio Guanabara, realizando o deslocamento em helicóptero do 3º Comando Aéreo Regional. Já no terceiro dia de estadia, o papa Francisco visitou o Santuário Nacional de Nossa Senhora de Aparecida, na cidade de Aparecida do Norte, estado de São Paulo, e contou com uma equipe de segurança de 5 mil homens das Forças Armadas e das Polícias Civil, Militar e Federal, dentre esses 2,2 mil soldados do Exército. Segundo os jornais *Correio*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado*, durante as revistas no Santuário, membros da Força Aérea Brasileira (FAB) encontraram uma bomba caseira composta por cano plástico “recheado de explosivos” e reforçado com fita adesiva. Após a descoberta, a FAB acionou o Esquadrão Antibombas do Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar, que isolou o lugar e, após análise de risco, detonou o artefato. Durante a visita do papa ao Santuário de Aparecida, 4.040 militares do Centro de Coordenação de Defesa de Área de São Paulo acompanharam os procedimentos de segurança aérea, que incluiu quatro helicópteros do Comando de Aviação do Exército, os quais permaneceram no ar com equipes de intervenção rápida antiterrorismo e de resgate, sendo uma das aeronaves equipada com sistema óptico digital de grande distância em alta resolução. Atiradores de precisão (snipers) do esquadrão da Guarda Suíça, capazes de atingir alvos a 800 metros, estavam posicionados na cobertura da praça do Santuário. No dia 26/07/13, *O Estado* informou que militares da Marinha e agentes da Polícia Federal revistaram oito casas que poderiam ser visitadas pelo papa em sua visita à favela da Varginha, na zona norte do Rio de Janeiro. Segundo *O Estado*, os fuzileiros navais procuravam por artefatos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares e os policiais federais por explosivos. De acordo com o *Correio*, o esquema de segurança individual preparado para o papa Francisco foi o maior do gênero já montado no país, e contou ao todo com o envolvimento de cerca de 17 mil homens. Além disso, de acordo com *O Estado*, o preço final das operações de segurança para a visita do pontífice foi menor que a estimativa inicial. O governo, que previa gasto de R\$ 74 milhões, pagou apenas R\$ 27,5 milhões em treinamento, combustível, transporte, alimentação e infraestrutura. Segundo Amorim, "os principais investimentos visam a modernizar as Forças Armadas e não apenas atender às demandas dos grandes eventos". (*Correio Braziliense* – 20/07/13; *Correio Braziliense* – 21/07/13; *Correio Braziliense* – Política – 22/07/13; *Correio Braziliense* – 23/07/13; *Correio Braziliense* - 24/07/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 22/07/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 23/07/13; *O Estado de S. Paulo* – MetrÓpole – 20/07/13; *O Estado de S. Paulo* – MetrÓpole – 21/07/13; *O Estado de S. Paulo* – MetrÓpole – 23/07/13; *O Estado de S. Paulo* – MetrÓpole – 24/07/13; *O Estado de S. Paulo* – MetrÓpole – 25/07/13; *O Estado de S. Paulo* – MetrÓpole – 26/07/13)

4- Base de lançamentos de foguetes de Alcântara volta à agenda de negociações

Em coluna para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari afirmou que o tema da participação estadunidense na base de lançamento de foguetes na cidade de Alcântara, estado do Maranhão, voltou à agenda de negociações da presidenta da República Dilma Rousseff. De acordo com jornalista, “o

projeto de Alcântara é de 1983, já consumiu R\$ 400 milhões, matou 21 cientistas e não serviu para lançamento relevante. Atualmente, patina numa parceria com a Ucrânia”. A localização privilegiada da Base de Alcântara, próxima à linha do Equador, atraiu o interesse dos Estados Unidos no ano 2000, mas a Força Aérea Brasileira (FAB) não aprovou a criação de áreas restritas em seu território, e logo depois, o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se opôs à participação estadunidense. Gaspari afirmou que a aproximação com os Estados Unidos pode ser uma boa ideia, mas lembrou que, nos anos 1950, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, permitiu a instalação de uma base estadunidense de rastreamento de mísseis no arquipélago de Fernando de Noronha, no estado de Pernambuco, assegurando que a operação resguardaria a soberania nacional na ilha. No entanto, documentos sigilosos revelaram que certos equipamentos ficaram inacessíveis aos brasileiros. Na época, quando um oficial brasileiro foi impedido de entrar em uma sala, o então ministro da Guerra, Henrique Lott, levou o caso ao Estado-Maior do Exército. A resposta que obteve do coronel Ernesto Geisel, encarregado do assunto, foi “tais restrições foram aceitas por Vossa Excelência”. (Folha de S. Paulo – Poder – 21/07/13)

5- Comando brasileiro da MONUSCO nega apoio às Forças Armadas do Congo

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, que já comandou as tropas da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH, sigla em francês) e agora está à frente da Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO) afirmou que, nesse momento, não apoiará as Forças Armadas do país no conflito contra o grupo rebelde M23. Santos Cruz, que há cerca de um mês assumiu o comando do maior contingente da Organização das Nações Unidas (ONU), com aproximadamente 19 mil homens, também é o primeiro comandante de forças de paz que possui permissão para operações de ataque. No dia 17/07/13, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que o apoio “logístico e de treinamento” dado ao Exército local seria revisto, pois as forças são alvos de diversas críticas, dentre elas, violações dos direitos humanos, abusos nos combates contra o M23, maus-tratos contra detidos, profanação de corpos dos oponentes, além de estupro. Segundo Santos Cruz, para que o Exército do Congo obtenha apoio da ONU, não podem haver denúncias desse tipo. Outro fator que impede o apoio da ONU às forças armadas do Congo é um “processo político aberto”, com o qual a ação militar deve estar coordenada. Para o general brasileiro, uma vez que o mandato autoriza ofensivas preventivas no que diz respeito a ações violentas contra a população, estará disposto a “proteger os civis com força total” desde que haja informação suficiente. (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/07/13)

6- Comissão Nacional da Verdade quer acesso a documentos do Ministério do Trabalho

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, um grupo de trabalho da Comissão Nacional da Verdade, que analisa questões de repressão a sindicalistas durante o regime militar (1964-1985), reivindica o acesso a documentos do

Ministério do Trabalho que podem trazer informações sobre a perseguição de trabalhadores. De acordo com o secretário nacional de políticas sociais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Expedito Solaney, o Ministério “expedia cartas de destituição” dos sindicatos. Segundo a *Folha*, os sindicalistas que atuam no grupo de trabalho participaram, no dia 23/07/13, “de um evento para mobilizar sindicatos a levantar documentos e informações que auxiliem os trabalhos do grupo”. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/07/13)

7- Periódico lembra atuação de ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, faleceu, no dia 18/07/13, o ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Michal Gartenkraut. Segundo a *Folha*, Gartenkraut foi reitor do ITA entre os anos de 2001 e 2005 e, em seu último ano no cargo, permitiu que seis ex-alunos da instituição que foram perseguidos durante o regime militar (1964-1985) colassem grau. O jornal ressaltou que a ação de Gartenkraut “desagradou as Forças Armadas”, sendo substituído um mês depois da entrega dos diplomas. Essa foi a primeira vez que uma instituição pública de ensino reconheceu a estudantes perseguidos o direito de colar grau. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/07/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).